

# PREVALÊNCIA, FATORES SOCIODEMOGRÁFICOS E A FACILIDADE EM ADQUIRIR MEDICAMENTOS ASSOCIADOS À AUTOMEDICAÇÃO

Jennyfer Martins de Carvalho <sup>1</sup>

Maria Eduarda da Silva <sup>2</sup>

Pedro Vinicius Silva Novis <sup>3</sup>

Marianne de Araújo Mendes <sup>4</sup>

Fernanda das Chagas Angelo Mendes Tenório <sup>5</sup>

## INTRODUÇÃO

A automedicação consiste no ato de consumir medicamentos adquiridos sem prescrição médica e tem se tornado uma prática cada vez mais comum (FIGUEIRAS et al., 2002). Segundo a ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária); “a automedicação é a utilização de medicamentos por conta própria ou por indicação de pessoas não habilitadas, para tratamento de doenças cujos sintomas são ‘percebidos’ pelo usuário, sem a avaliação prévia de um profissional de saúde (médico ou odontólogo)”. Conforme a WHO (World Health Organization, OMS), a automedicação está presente na lista de autocuidados de um indivíduo como forma de manter padrões de saúde, prevenindo ou tratando a doença (WHO, 1998). A WHO também diz que a automedicação é uma prática aceitável, mas que deve ser ensinada e controlada de forma correta até que seja totalmente integrada no comportamento social, com as diretrizes estabelecidas (WHO, 2004).

No século XIX, a maioria dos medicamentos era de origem natural, e suas estruturas químicas, mecanismos de ação e efeitos adversos ainda eram desconhecidos. Em adição, por volta de 1940, os avanços nas pesquisas de novos compostos, elucidação de mecanismos, além da implantação de indústrias farmacêuticas com aumento da propaganda fez com que o papel dos medicamentos fosse visto como central para um tratamento eficiente (NASCIMENTO, 2002; MELO et al., 2006). Devido a esses acontecimentos, o consumo de preparados farmacêuticos continua se elevando (MELO et al., 2006; PACHELLI, 2003).

Diversos fatores estão relacionados a esse crescimento, dentre eles, vale ressaltar, o aumento da eficiência dos tratamentos pois contribuiu para a melhoria da qualidade de vida no século XX, ainda atuando hoje. Em contrapartida, com a elevação dos custos de materiais, medicamentos, e ferramentas surgiram dificuldades no acesso universal a recursos da saúde (MELO et al., 2006). Também é relevante destacar que outros aspectos mais diretos influenciam a automedicação, como: idade, sexo, escolaridade e localização geográfica (GRIGORYAN et al., 2006). Outro elemento influenciador que possui um elevado peso, é a

---

<sup>1</sup>Graduanda do Curso de Biomedicina da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, jennah\_martins@hotmail.com;

<sup>2</sup>Graduanda no Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, mariaeduardaufpe@gmail.com;

<sup>3</sup>Graduando do Curso de Biomedicina da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, pedro.novissp@gmail.com;

<sup>4</sup>Graduanda do Curso de Biomedicina da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, marianne.mendes@hotmail.com;

<sup>5</sup> Professor orientador: Doutor, Departamento de Histologia e Embriologia - UFPE, fcas14@hotmail.com.

perda de confiabilidade da população pelo serviço de saúde devido a desassistência e baixa qualidade. E esse fator acaba dando margem para o consumo desregrado de medicamentos (PACHELLI, 2003; FADEL; REGIS FILHO, 2009; AQUINO et al., 2010).

Dentre a variedade de medicamentos consumidos, os de venda livre são os mais comprados e utilizados. Porém, também estão presentes os fármacos que são estritamente vendidos com receitas médicas, como os de tarja vermelha, antimicrobianos, e os com tarja preta, que são medicamentos controlados, pois tem ação no sistema nervoso central. Diversas razões preocupantes podem ser levadas em conta acerca desse tema, como foi observado na Alemanha, a automedicação em crianças e adolescentes, que por vezes são medicadas pelos próprios pais e geram a perpetuação dessa prática (DU; KNOCS et al., 2009). Na Europa, foi comprovado que o consumo de antimicrobianos por grande parte da população está relacionado com o aumento da resistência bacteriana e resulta em um problema de saúde pública (GRIGORYAN et al., 2006). Outro estudo realizado na Inglaterra, relata a automedicação em idosos que, mesmo possuindo algum tipo de atendimento e acompanhamento de saúde, ainda recorrem a essa prática pela influência, conselhos, comentários e do conhecimento popular (CHEN et al., 2001).

Foi constatado no Brasil e América Latina, que o consumo de medicamentos por gestantes, crianças e idosos, mesmo possuindo atendimento à saúde, ainda é preocupante. Porque, além desses indivíduos estarem em condições que favorecem o maior desenvolvimento de efeitos adversos e de toxicidade, muitos fármacos não possuem estudos consistentes de condições fisiológicas e toxicidade para estas faixas etárias (LEITE et al., 2008). Além disso, a maior parte dos dados do estudo se referem também ao consumo de drogas farmacêuticas sem prescrição por um profissional de saúde (LEITE et al., 2008).

A automedicação apresenta tanto benefícios quanto riscos. Tendo como aspectos positivos: o rápido tratamento e alívio de sintomas, diminuição da utilização imediata dos recursos da saúde, alívio da carga de trabalho dos profissionais da saúde e de hospitais e vantagem econômica para indústrias farmacêuticas. Entretanto, esses benefícios só serão verdadeiros se o fármaco ingerido for extremamente eficaz no tratamento do paciente. Como pontos negativos, se assumem: o abuso que pode levar a dependência, doses desajustadas que causam toxicidade ou nulidade da ação, autodiagnóstico incorreto conseguindo encobrir outras patologias, posologia incoerente e multiplicidade de fármacos. Todas essas consequências, gerando no final de tudo um gasto maior do sistema e dos profissionais de saúde (SILVA, 2016). A WHO, estima que os hospitais gastam de 15% a 20% de seus orçamentos para lidar com as complicações vindas do mau uso de medicamentos (WHO, 2004).

Diante da problemática acerca da automedicação, o presente estudo, no Brasil, teve como objetivo investigar a facilidade de acesso a medicamentos sem receita médica e correlacionar fatores que levam a automedicação, como motivação e aspectos sociodemográficos.

## **METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)**

Os dados abrangeram um total de 164 respostas, das quais 70,1% foram originadas de mulheres, 29,3% de homens e 0,6% de pessoas que possuíam outra identidade de gênero ou não quiseram identificar. Em sua maioria, os participantes residem no estado de Pernambuco e 90,35% possuem até 40 anos. As informações coletadas levaram em consideração, entre outras variáveis, o nível de escolaridade. Foi avaliado que 53,9% das pessoas possuem nível superior, seguido daquelas que têm ensino médio, representado por 36,4%. Os outros 9,7% não possuem ensino básico completo.

As pessoas que participaram da pesquisa leram e concordaram com o Termo Livre e Esclarecido, consentindo com o uso e divulgação dos dados. Foram levados em consideração, fatores como: sexo, escolaridade, renda e acesso ao serviço de saúde. Os dados foram analisados através de estatísticas descritivas, isto é, por média e porcentagem para a comparação dos dados obtidos na pesquisa e os já existentes em trabalhos anteriores

Segundo Souza et al. (2008), a internet exerce considerável influência no uso indiscriminado de medicamentos. Por esta razão para a coleta dos dados foi formulado um questionário em uma plataforma digital, com divulgação através de redes sociais, que ficou disponível por sete dias.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A maior parte dos respondentes que faz uso indiscriminado de medicamentos sem prescrição médica, é aquela que apresenta nível superior. Os dados expõem um total que 97,6% de pessoas que afirmam comprar medicamentos sem receita médica, das quais, 75,6% indicam comprar às vezes e 22% indicam comprar sempre. Assim, apenas 2,4% dos participantes do estudo afirmaram nunca comprar medicamentos de forma não indicada por profissionais da saúde.

Os medicamentos mais consumidos de acordo com a classe terapêutica foram os anti-inflamatórios (82,9%), seguidos de antibióticos (19,51%), anti-histamínicos e antigripais (18,9%, ambos), podendo o mesmo pesquisado escolher mais de uma classe de medicamentos (Figura 2), corroborando parcialmente com Arrais et al. (2016). Quanto ao nível de percepção foi observado que 21,34% consideraram extremamente fácil a obtenção de medicamentos se, 36,58% acharam fácil, 34,75% intermediário e 7,31% difícil.

Em adição, 59,75% dos indivíduos expuseram que não estão totalmente satisfeitos com o serviço prestado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), enquanto que 10,97% estão satisfeitos ou muito satisfeitos com o SUS (outros 29,26% do total declararam não ser usuários do SUS). Quanto ao nível de satisfação e de confiabilidade nas prescrições médicas dadas por médicos do SUS, tem-se que 51,82% dos usuários da rede pública de saúde quase sempre tiveram o efeito desejado com o medicamento receitado pelo profissional; para 12,8% em todas as vezes as receitas foram efetivas; 7,92% relataram raramente ter o efeito almejado, seguido de 0,6% que nunca foi efetivo.

A prática da automedicação vem crescendo em todo o mundo (KAMAT; NICH CER, 1998). 58,53% dos sujeitos (ou respondentes) apontaram que o tempo necessário para resolver os problemas teria levado à busca pela automedicação. Além disso, 21,3% testificam dificuldades ou mal atendimento e um total de 16,46% dos participantes da pesquisa afirmou que por ter algum conhecimento prévio acerca das características farmacológicas dos medicamentos, por isso justificam a realização da autoterapia.

A renda bruta mensal mostrou-se como uma característica presente nos usuários do SUS, onde a maior parte dos respondentes possuem rendimento mensal acima de 4 salários mínimos e não são usuários do SUS e a menor porção dos participantes da pesquisa possuem rendimento salarial de até 1 salário mínimo todos são usuários do SUS. Além disso, a prática de automedicação está associada ao status socioeconômico, no qual, 35,37% possuem rendimento mensal acima de 4 salários mínimos e 29,27% de 2 a 4 salários mínimos. Esses achados já foram previstos em estudos anteriores (FIGUEIRAS et al., 2000).

Já foi previsto em outros estudos que o predomínio da automedicação aumenta com níveis educacionais mais elevados, as pessoas que possuem algum conhecimento ou experiência acerca de determinados medicamentos se sentem mais capazes para tomar decisões tanto sobre autodiagnóstico quanto do tratamento (FIGUEIRAS et al., 2000).

No Brasil, o atendimento de saúde é feito de forma pública, pelo Sistema único de saúde (SUS) e pela rede privada. Esta última cobre cerca de 34,5% da população (VIACAVA et al., 2005), restando desta forma, mais da metade dos brasileiros (137 milhões). Além disso, mais de 80% dos usuários não eram clientes de planos de saúde. Isto confirma que o SUS é o maior agente de atenção à saúde do Brasil (SILVA et al., 2011), em situações emergenciais, nas Unidades de pronto atendimento (UPAs), e em atenção básica, nas Unidades básicas de saúde (UBS).

Foi feito um estudo analisando variáveis como idade, cor, escolaridade, renda familiar e outras, e foi constatado que mulheres em fase adulta são quem mais procuram atendimento pelo SUS, além de pretos e pardos, com estado de saúde regular ou ruim (RIBEIRO et al., 2006). É importante destacar que, neste mesmo estudo, a renda per capita era inferior a 2 salários mínimos, sendo este dado contrário ao estudo aqui discutido, de 4 salários mínimos. Podendo então relacionar a maior procura do SUS em uma porção da população com baixa renda e escolaridade, enquanto que os pesquisados com maior renda alegavam baixa procura e maior automedicação.

A falta de infraestrutura, aliada à demora de atendimento em hospitais, alto custo financeiro de consultas e à grande disponibilidade de farmácias, influencia para que cada vez mais a prática da automedicação seja realizada. De acordo com a pesquisa realizada na Estratégia Saúde da Família (ESF) de Campos Novos, foi apontado a facilidade em adquirir drogas sem receita médica, assim como a disposição dos balconistas em ofertar e comercializar (ASCARI et al., 2018)

É possível afirmar que a rotina e os hábitos de vida da população têm influência direta na saúde pública. Fatores como má alimentação, sedentarismo, ingestão de álcool e prática do tabagismo, além de rotinas estressantes, têm aumentado o índice de pessoas enfermas e com doenças crônicas. Dessa forma, as pessoas buscam cada vez mais alternativas para solucionarem desde dores de cabeça a possíveis infecções (ISOSAKI et al., 2015).

A dificuldade para marcar consultas, demora para o atendimento e retorno dos resultados de exames, pode conduzir os usuários do SUS a um esforço adicional na busca por um serviço (AZEVEDO; COSTA, 2010). Porém este estudo observou que os indivíduos preferem recorrer à automedicação em primeiro lugar. Diante das dificuldades encontradas pela população, que remetem ao atendimento básico no SUS, grande parte não considera como primeira opção procurar o médico quando apresentam algum problema de saúde (BASTIANI et al., 2016).

A automedicação encontrada foi associada em geral a sintomas e doenças mais agudas como quadros virais, dores, alergias. Porém, é necessário destacar que o uso indevido de antibióticos pode levar à uma seleção de bactérias mais resistentes gerando a progressão de um quadro de infecção bacteriana ou sepse descontrolado (WHO, 2014). É notório que a compra de medicamentos sem prescrição médica acontece de forma constante e indiscriminada.

Em resumo a prática da automedicação é altamente prevalente em indivíduos que possuem nível socioeconômico mais elevado, como também nível superior de educação, corroborando com estudos anteriores (DU & KNOFF, 2009). Nessa prática são utilizadas todas as categorias de fármacos, porém os mais utilizados foram os anti-inflamatórios. Esse resultado somado à principal motivação relatada no estudo, a falta de tempo, demonstra que grande parte da população, na idade de até 40 anos, não dispõe de tempo para cuidados fundamentais com a saúde.

A motivação relacionada à dificuldade de acesso ao serviço público se destacou como uma das principais, pois a maioria associou não procurar o SUS em decorrência do tempo de espera para o atendimento e para marcação de consultas. Outros pontos notáveis foram: a má

qualidade do atendimento, a falta de credibilidade da população no serviço e profissionais de saúde, além da falta de médicos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados que foram levantados, e da correlação dos mesmos com o material bibliográfico que foi apresentado no decorrer do estudo, fez-se uma comparação que demonstrou aspectos bem pontuais da automedicação e seus fatores associados. Dessa forma, o artigo buscou entender quais as contribuições que determinados fatores levam ao processo da autoterapia, fazendo um paralelo destes, para que assim seja feito um maior debate, buscando uma solução que englobe todas essas causas, para que elas sejam combatidas em sua origem.

**Palavras-chave:** Automedicação. Fatores sociodemográficos. Prescrição médica.

## REFERÊNCIAS

- AKERMAN, Marco; DE FREITAS, Osvaldo. Pesquisa Nacional sobre Acesso, Utilização e Promoção do Uso Racional de Medicamentos (PNAUM): avaliação dos serviços de atenção farmacêutica primária. *Revista de Saúde Pública*, v. 51, n. suppl. 2, p. 1, 2017.
- ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Disponível em: <[http://www.anvisa.gov.br/propaganda/folder/uso\\_indiscriminado.pdf](http://www.anvisa.gov.br/propaganda/folder/uso_indiscriminado.pdf)> Acesso em: 25 de junho de 2018 às 22:06.
- AQUINO, Daniela Silva de; BARROS, José Augusto Cabral de; SILVA, Maria Dolores Paes da. Self-medication and health academic staff. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, v. 15, n. 5, p. 2533-2538, 2010.
- ARRAIS, Paulo Sérgio Dourado et al. Prevalence of self-medication in Brazil and associated factors. *Revista de Saúde Pública*, v. 50, p. 13s, 2016.
- ASCARI, ROSANA AMORA et al. Estratégia Saúde da Família: automedicação entre os usuários. *Revista Uningá Review*, v. 18, n. 2, 2018.
- AZEVEDO, Ana Lucia Martins de; COSTA, André Monteiro. A estreita porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS): uma avaliação do acesso na Estratégia de Saúde da Família. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, v. 14, p. 797-810, 2010.
- BASTIANI, Alien et al. O uso abusivo de medicamentos. *Disciplinarum Scientia| Saúde*, v. 6, n. 1, p. 27-33, 2016.
- CASTRO, Henrique Carlos de O. de et al. A satisfação dos usuários com o Sistema Único de Saúde (SUS). *Sociedade em Debate*, v. 14, n. 2, p. 113-134, 2012.
- CHEN, Y.F. et al. Self-reported medication use for older people in England and Wales. *Journal of Clinical Pharmacy and Therapeutics*, v. 26, n. 2, p. 129-140, 2001.
- DE MELO, Daniela Oliveira; RIBEIRO, Eliane; STORPIRTIS, Sílvia. A importância e a história dos estudos de utilização de medicamentos. *Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas*, v. 42, n. 4, p. 475-485, 2006.
- DU, Yong; KNOPF, Hildtraud. Self-medication among children and adolescents in Germany: results of the National Health Survey for Children and Adolescents (KiGGS). *British Journal of Clinical Pharmacology*, v. 68, n. 4, p. 599-608, 2009.
- FADEL, Marianella Aguilar Ventura; REGIS FILHO, Gilsée Ivan. Percepção da qualidade em serviços públicos de saúde: um estudo de caso. *Revista de Administração Pública*, v. 43, n. 1, p. 7-22, 2009.

FIGUEIRAS, Adolfo; CAAMANO, Francisco; GESTAL-OTERO, Juan Jesús. Sociodemographic factors related to self-medication in Spain. *European Journal of Epidemiology*, v. 16, n. 1, p. 19-26, 2000.

GRIGORYAN, Larissa et al. Self-medication with antimicrobial drugs in Europe. *Emerging Infectious Diseases*, v. 12, n. 3, p. 452, 2006.

IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 2018. Censo Demográfico, 2018. Rio de Janeiro: IBGE.

ISOSAKI, Mitsue et al. Indicadores: Conceitos, Importância e Aplicabilidade em Nutrição Hospitalar. In: *Indicadores de Nutrição Hospitalar*. Atheneu, 2015. p. 13-24.

KAMAT, Vinay R.; NICTER, Mark. Pharmacies, self-medication and pharmaceutical marketing in Bombay, India. *Social Science & Medicine*, v. 47, n. 6, p. 779-794, 1998.